



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Departamento de História

Alice Vitória Viégas

Maiza Candida Elias

La memoria libre como el viento: As Madres de la Plaza de Mayo e o uso do luto como ferramenta para evocar a memória dos crimes do terrorismo de estado argentino no período ditatorial (1976-1983)

Belo Horizonte

2024

"O que leva um filho amoroso de uma mãe a ser carrasco de um filho amoroso de outras mães?"

— Iraci (Fernanda Montenegro), *Queridos Amigos* (2008)

Introdução

Segundo Elizabeth Jelin (2002), o luto em contextos ditatoriais se apresenta como um compromisso com a memória, tornando-se uma prática coletiva que desafia a imposição do esquecimento e da desumanização. As Madres de la Plaza de Mayo, por consequência, elegeram viver uma espécie de luto eterno a fim de resistir à ideia de que a morte significa o fim. Para isso, as Madres evocam a memória viva dos seus filhos a fim de forçar a sociedade argentina a encarar os seus próprios traumas, reafirmando a presença de um passado que assombra e que cobra o presente.

Essas mulheres, no seu momento mais vulnerável, foram capazes de se organizar politicamente de forma a constituir um dos movimentos mais emblemáticos da história da América Latina. A partir do sentido da perda, ingressaram em uma luta que ultrapassou o próprio regime militar, enfrentando também os governos democráticos que sucederam, sem abandonar os seus princípios fundadores. Debruçadas sobre a percepção de uma memória ativa e não submissa, uma luta que iniciou em busca da verdade transformou-se na caminhada pela justiça, pela negação do esquecimento e pelo reconhecimento dos crimes provenientes do terrorismo de Estado. A ditadura militar na Argentina, em tese, passou, mas as Madres de la Plaza de Mayo, há 43 anos, se empenham para que a memória permaneça junto à presença dos seus filhos, nas ideias, *nos pañuelos*, nas lembranças, nos vestígios e na dor do luto.

Este artigo se debruça sobre essa trajetória das Madres de la Plaza de Mayo, realizando uma análise teórica e uma revisão bibliográfica para investigar como, por meio do luto e da memória, elas ressignificaram papéis sociais tradicionalmente atribuídos às mulheres, ampliando seu protagonismo no espaço público. Ademais, discute-se o conceito de memória ativa como uma estratégia de resistência às tentativas de esquecimento institucionalizado e reconciliação superficial, explorando o impacto simbólico de suas ações e performances. Por fim, argumenta-se que a luta das Madres transcende as fronteiras do contexto argentino, posicionando-se como um paradigma de resistência que questiona não apenas os legados da ditadura, mas também as fragilidades das democracias contemporâneas no enfrentamento crítico ao passado.

Contexto Histórico e Social

“Era um minuto para meia-noite na América Latina”, expressou o presidente da Costa Rica, José Figueres. Essa expressão refere-se ao contexto de iminente tensão social devido à polarização político-econômica impulsionada pela Guerra Fria entre o bloco capitalista (EUA) e o bloco socialista (URSS). A Revolução Cubana e, posteriormente, a aproximação de Cuba ao socialismo, neste sentido, significaram o ápice das tensões entre as duas potências antagônicas, uma vez que os Estados Unidos se depararam com sua principal área de influência ameaçada pelos soviéticos.

A América Latina, portanto, enfrentou um tsunami de golpes militares que implantaram ditaduras apoiadas pelos Estados Unidos sob o discurso ideológico da “Doutrina de Segurança Nacional” para varrer do sul do continente todos aqueles que apresentassem ameaças à soberania do Estado capitalista. Os países latinos, durante este período, como o Brasil de João Goulart, o Chile de Salvador Allende e a Argentina de Juan Perón, estavam desenvolvendo políticas sociais, sobretudo reformas de base, para lidar com a crescimento exponencial da desigualdade social que assolava estes territórios e impedia o seu desenvolvimento. Neste contexto, procurando reforçar a soberania capitalista, alguns setores militares e parte da sociedade civil, sob a vigília estadunidense, desbancaram várias democracias latinas em prol da contenção do suposto avanço comunista e da proteção da segurança nacional.

No caso argentino, esse panorama foi marcado pela influência decisiva das políticas implementadas por Juan Domingo Perón, que reconfiguraram as relações entre as massas populares e a política, diante da forte influência das políticas trabalhistas empregadas pelo emblemático líder argentino associado ao “populismo”. Segundo Capelato (2009), até o advento de Perón, as massas eram vistas, principalmente pelos nacionalistas restauradores, como uma camada perigosa que deveria ser controlada para evitar o desastre político. Por meio de políticas trabalhistas e sociais, Perón buscou garantir melhores condições de trabalho e de vida para a classe operária, ao mesmo tempo que promovia a inclusão das massas na política nacional, transformando a dinâmica do poder e gerando intensos conflitos ideológicos (CAPELATO, 2009).

A partir deste contexto de instabilidade política, essas tensões internas, exacerbadas pelo peronismo, prepararam o solo para o golpe militar na Argentina em 1976, dois anos após o falecimento do líder peronista. A Argentina é um país caracterizado pela sua instabilidade política, haja vista que sua história é composta por seis golpes militares. O

último golpe, no final da década de 70, intitulado “Processo de Reorganização Nacional”, previa colocar um fim neste histórico de instabilidade, reformulando a política argentina mediante o governo da “Junta Militar”, composta pelos comandantes-chefes dos três setores militares: Exército, Marinha e Aeronáutica. Este novo modelo de regime previa romper com todo o legado peronista, o qual, para os militares, caracterizava o fracasso da sociedade, mediante a refundação da política argentina (CANELO; PATTO, 2023).

Sob a liderança do general Rafael Videla, o processo refundacional foi caracterizado pelo uso de violência extrema contra os indivíduos considerados subversivos. Através da máxima da “Doutrina de Segurança Nacional”, a ditadura empregada por Videla foi marcada pela perseguição, repressão, torturas e desaparecimentos forçados de todos aqueles considerados uma ameaça para a estabilidade do regime militar. A ditadura argentina caracterizou-se pela clandestinização dos aparatos repressivos do Estado, o qual criou uma espécie de milícias para empregar o que foi chamado de “Guerra Suja”, cujo objetivo era eliminar todos os inimigos do governo ditatorial.

O terrorismo de Estado empregado por Videla e seus apoiadores tomou proporções descomunais, somando cerca de 30.000 desaparecidos. Todavia, apesar da censura e da repressão, parte da sociedade civil procurou meios de resistir e se organizar contra o regime. Diante deste cenário de repressão, surgiu um grupo de mulheres cujos filhos foram brutalmente perseguidos e violentados pelo regime ditatorial, integrando o quadro de vítimas do desaparecimento forçado empregado pela ditadura. Essas mulheres se mobilizaram e se organizaram coletivamente para questionar e pressionar o governo a responder o que havia acontecido com esses indivíduos.

O movimento, conhecido como as Madres de la Plaza de Mayo, representa uma das maiores organizações civis na luta pelos direitos humanos, desempenhando um papel fundamental no que diz respeito à justiça pelos crimes de terrorismo de Estado cometidos pelo governo ditatorial e à preservação da memória desse passado que mancha a história da Argentina e a vida dessas famílias. Enquanto os governos democráticos, em um primeiro momento, se esforçaram para superar esse passado e esquecê-lo, essas mulheres lutaram por sua permanência, encarando-o como algo que deveria ser enfrentado. As Madres, desde então, representam um símbolo de resistência e justiça, denunciando os crimes da ditadura e dando início a um movimento que persistiu mesmo após o fim do governo ditatorial.

Da Maternidade ao Ativismo: Ressignificando o Ser Mãe

Diante do medo e da impunidade instaurados pela Ditadura Argentina, os familiares das vítimas começaram a buscar respostas para o paradeiro de seus entes queridos. Entre eles, as mães emergiram como protagonistas dessa luta, enfrentando o silêncio impenetrável das autoridades em delegacias, tribunais, igrejas e quartéis (CUÑADO, [s.d.]). A determinação dessas mulheres em localizar seus filhos desaparecidos criou um laço inevitável entre elas. Suas histórias, rostos e dores tornaram-se comuns umas às outras, e, nesse encontro, o sofrimento individual deu lugar a uma luta coletiva.

Foi nesse contexto de união e resistência que nasceu o movimento das Madres de la Plaza de Mayo, que se consolidaria como uma das forças mais emblemáticas de oposição à ditadura militar argentina. Mais do que uma busca por respostas, o movimento transformou a maternidade em um elo de solidariedade e resistência, redefinindo o papel dessas mulheres em uma sociedade que tentava relegá-las ao silêncio. Movidas pela dor e pelo amor, elas desafiaram as barreiras impostas pelo regime, tornando-se símbolos de luta e de preservação da memória no período pós-ditadura. Como destaca Morales:

"Esse sentimento de igualdade surgiu fundamentalmente porque cada uma delas se reconhecia, e não como argentina, cidadã, esposa ou mesmo mulher, mas como mãe; e identificou, por sua vez, todas as outras mulheres que procuravam os seus filhos e não tinham qualquer experiência político-partidária, também como mães." (MORALES, 2010, pag.15)

A maternidade, em sua dimensão simbólica e política, tornou-se o alicerce da identidade do movimento. As Madres de la Plaza de Mayo eram mulheres de diferentes origens sociais e econômicas — donas de casa de classe média, trabalhadoras da periferia e, em sua maioria, mulheres sem experiência prévia na militância política. A perda de um filho, entretanto, transformou profundamente suas vidas, impulsionando-as a se unir, não apenas para exigir respostas sobre os desaparecidos, mas também para reivindicar seu direito de ocupar o espaço público como cidadãs. Como observa Ulises Gorini (2006), essas mulheres romperam com os limites tradicionais do espaço doméstico e assumiram o protagonismo nas praças e ruas, muitas vezes sem sequer passar pelas salas de aula, sendo formadas pela tragédia da perda.

Hebe de Bonafini, uma das primeiras ativistas das Madres de la Plaza de Mayo, expressa de forma marcante a essência do movimento ao afirmar:

"A tremenda dor que sentimos devido ao sequestro dos nossos filhos tornou-se uma força motriz para a luta. Entre nós, estava nascendo uma unidade, um sentimento de identidade coletiva, um impulso para lutar. Não podíamos nos limitar a ser apenas mães de nossos próprios filhos e brigar apenas por eles. Precisávamos nos tornar mães de todas as crianças sequestradas e desaparecidas" (BONAFINI, apud CUÑADO, [s.d.], pág. 4).

A identidade singular do movimento das Madres de la Plaza de Mayo, que o distingue de outros movimentos de resistência, suscita reflexões mais amplas sobre o papel das mulheres no contexto histórico e social da ditadura militar argentina (1976-1983). Durante esse período, o regime implementou estratégias sistemáticas de controle sobre a sociedade, sendo a família nuclear exaltada como pilar fundamental da ordem social (MORALES, 2010). Nesse modelo, a mulher, especialmente a mãe, era idealizada como cuidadora e guardiã da moralidade doméstica, cabendo-lhe a missão de vigiar o lar e proteger seus membros da "subversão". Esperava-se que ela exercesse um papel ativo na manutenção dessa ordem, mesmo que isso implicasse denunciar os próprios filhos por comportamentos considerados dissidentes (MORALES, 2010).

Essa instrumentalização da maternidade como extensão do poder do Estado encontra respaldo teórico nas análises de Michel Foucault sobre vigilância e disciplinamento. Em suas obras *Vigiar e Punir* (2019) e *A História da Sexualidade* (2020), Foucault alega que o Estado moderno não opera apenas por meio da repressão explícita, mas também molda os comportamentos e subjetividades ao infiltrar-se nas esferas mais íntimas da vida. No caso da ditadura argentina, a família funcionou como um mecanismo de controle, onde normas sociais conservadoras eram internalizadas e reproduzidas. A figura da mãe, em particular, desempenhava um papel central nesse processo, sendo apresentada como a primeira linha de defesa contra a "ameaça subversiva". Assim, o regime não só controlava os corpos, mas também moldava os valores e a consciência dos cidadãos, utilizando o lar como extensão de sua estrutura autoritária.

Essa apropriação do espaço privado pelo poder estatal também é analisada por Hannah Arendt em *Origens do Totalitarismo* (2012). Arendt argumenta que regimes totalitários e autoritários procuram exercer controle absoluto sobre todas as dimensões da vida cotidiana. Na ditadura argentina, as mulheres foram relegadas à domesticidade, excluídas da esfera pública, onde o poder político se exercia. A idealização da mulher como cuidadora invisibilizava sua agência política e restringia suas possibilidades de atuação. Como guardiãs da moralidade familiar, as mulheres eram confinadas a papéis que

as excluíam de debates políticos, perpetuando uma estrutura de gênero que as subordinava ao controle patriarcal do Estado e de suas instituições.

Esse confinamento, conforme argumenta Adrienne Rich em *"Of woman born: motherhood as experience and institution"* (1976), é parte do que ela chama de "maternidade institucionalizada". Essa construção patriarcal transforma a maternidade em um instrumento de opressão, romantizando o sacrifício materno e naturalizando o papel de cuidadoras, enquanto restringe as mulheres ao espaço privado. Para Rich, a maternidade institucionalizada regula os corpos e a identidade das mulheres, apresentando a maternidade como destino inevitável, em vez de uma escolha legítima. Entretanto, ela também distingue essa instituição da maternidade como experiência vivida — um espaço de afeto, contradições e autonomia, que pode desafiar as imposições do sistema patriarcal.

No caso das Madres de la Plaza de Mayo, a maternidade vivida se converteu em uma força de resistência à maternidade institucionalizada, ao ser deslocada do espaço privado para o público. Assim, enquanto o discurso oficial parecia dizer: “mães, para a cozinha”; essas mulheres estavam dizendo: “mães, para a praça” (MORALES). Em vez de funcionarem como agentes do controle estatal, as Madres ressignificaram sua identidade de mães como uma ferramenta de denúncia e luta coletiva. O ato de ocupar a praça, enfrentando o Estado em sua própria arena, subverteu o papel tradicional da mãe como guardiã da ordem, transformando-a em protagonista da resistência política. Nesse gesto, desestabilizaram as estruturas de poder que as oprimiam, reivindicando memória, justiça e autonomia para além das fronteiras impostas pela maternidade institucional.

Lembrar para Resistir: Memória, Justiça e Luto Coletivo

A luta pela memória e justiça no que diz respeito aos golpes militares empregados na América Latina em meados do século XX continua a ser um campo de batalha vital em tempos de crescentes disputas de narrativas e revisionismo histórico (JELIN, 2002). Frente aos demais países do Cone Sul, a Argentina foi considerada um exemplo no que tange o tratamento da justiça de transição, organizando tribunais que, em contraste com o caso brasileiro ou chileno, condenaram muitos dos perpetradores do golpe de Estado. No entanto, é válido ressaltar que, a respeito do tratamento de seu passado ditatorial, a sociedade argentina enfrentou altos e baixos durante a consolidação deste processo (CANELO; PATTO, 2023), onde a luta das Madres de la Plaza de Mayo se tornou fundamental para punir os algozes e honrar a memória das vítimas.

O primeiro governo democrático que sucedeu o regime militar teve o desafio de lidar com o processo de transição democrática e suas implicações, sendo a justiça de transição um dos tópicos mais importantes e sensíveis para a sociedade argentina naquele momento. Raúl Alfonsín foi o primeiro presidente civil após os sete anos governados pela Junta Militar, e foi responsável por promulgar a emblemática "Ley del Punto Final", a qual garantia a paralisação dos processos judiciais que corriam contra os perpetradores da ditadura, a partir do discurso de que o passado deveria ser deixado para trás e a sociedade argentina deveria olhar adiante a fim de evitar mais desgastes políticos. É interessante como este tipo de discurso de cunho situacionista é resgatado nesses momentos, a fim de negligenciar a real responsabilidade do Estado de encarar e lidar com as suas fissuras. Declarações neste sentido, respaldadas em um desejo de reconciliação nacional (BEVERNAGE, 2018), obrigam a sociedade a caminhar para um esquecimento voluntário, buscando uma ruptura com o passado, de forma que este se transforme em um fantasma, em uma vaga lembrança.

Os esforços para o esquecimento foram articulados, ainda que de forma sutil, usando-o como método para aplicar a justiça, ao passo em que também são organizados como mecanismos para empregar um “esquecimento institucionalizado” (JELIN, 2002). O relatório *Nunca Más*, elaborado pela Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas (CONADEP), foi visto como um marco de ruptura com a tentativa de apagar a memória das atrocidades, uma vez que propunha a investigação dos crimes a partir dos testemunhos. Cabe ressaltar, contudo, que, diante das leis promulgadas por Alfonsín, como a Lei do Ponto Final e a Lei de Obediência Devida, que garantiam anistia a parte dos militares, a iniciativa da CONADEP perdia seu sentido no que se refere aos processos jurídicos. Neste contexto, embora simbolizasse uma rejeição ao retorno da violência de Estado, as Madres de la Plaza de Mayo se opuseram firmemente ao relatório *Nunca Más*, posto que este lema buscava uma ruptura definitiva com o passado, estabelecendo o seu fechamento histórico no sentido retilíneo da linha temporal e representando uma narrativa institucionalizada que cristaliza o passado e rompe com a ideia de uma memória ativa como ferramenta de justiça. O passado para o discurso perpetrador era tido como irreversível, preso no seu tempo, enquanto para as Madres, o passado deve ser lido como irrevogável, pois ele rompe com a distância temporal ao aderir os diferentes tempos de forma cíclica (BEVERNAGE, 2018).

Ao escolher enfrentar esses discursos que camuflam o sintoma de impunidade sob o discurso de estabilidade social e seguir em frente, as Madres de la Plaza de Mayo, em contraposição ao lema *Nunca Más*, cunham termos como “Aparición con vida” e “memória ativa”. A partir da ideia de um tempo cíclico, onde passado, presente e futuro se entrelaçam, essas mulheres evocam a memória dos seus filhos, que retornam ao presente de forma quase que espectral, uma espécie de fantasmas que impedem que o terrorismo de Estado empregado durante a ditadura caia no esquecimento. As Madres recusam pensar e retratar a existência e a memória dos seus filhos através de sua morte. Esta postura confronta diretamente a narrativa institucional empregada pelo Estado, haja vista que, através da “Aparición con vida”, essas mulheres buscam evidenciar que, ao falar dos 30.000 desaparecidos, estão falando de sujeitos que tinham a sua própria individualidade e que não podem e nem devem ter a sua existência limitada a estatísticas.

A partir disso, a memória torna-se um campo de disputa política onde múltiplas narrativas competem para construir o presente (JELIN, 2002). Para as Madres, o uso de uma memória ativa assume a centralidade de sua luta, posto que passam a utilizá-la como prática de resistência política, onde o passado assume uma continuidade. Tal estratégia, somada à ideia de aparição com vida, obriga que a sociedade encare a sua história tal como ela é, apontando as fissuras de um Estado que não protegeu o seu próprio povo e renegando o discurso de reconciliação política. É impossível alcançar uma reconciliação genuína com um passado tão brutal, que marcou a história da Argentina com o rastro de sangue deixado pelo terrorismo de Estado, uma vez que a individualidade das vítimas foi amplamente negligenciada e reduzida a meras estatísticas. Diante deste conceito, a memória ativa torna-se uma ferramenta para a busca de uma justiça social que ultrapasse os tribunais, ao denunciar uma responsabilização coletiva e ao promover uma resistência que não se limita à lembrança, mas em lembrar do passado para transformar o presente.

A resistência também assume um caráter simbólico que pode ser percebido nas performances empregadas pelas Madres. Em um contexto ditatorial, onde não havia a garantia da liberdade e dos direitos individuais, estas mulheres se aglomeraram em volta da principal praça de Buenos Aires, em frente ao parlamento argentino, a Casa Rosada, para exigir esclarecimentos a respeito do paradeiro dos seus filhos. Como o regime militar proibia a reunião entre duas ou mais pessoas, as Madres, estrategicamente, passaram a se movimentar formando um círculo em volta do obelisco da Plaza de Mayo, de forma que não poderiam ser acusadas de estarem fazendo alguma manifestação política. Este círculo

movia-se no sentido anti-horário, uma representação simbólica que evocava a ideia de um passado que retorna, evocando a ideia de um passado que retorna ao presente e permanece como um espectro, isto é, um passado irrevogável.

Outra forma de resistir ao esquecimento e à conformidade consistiu na ressignificação dos “*pañuelos blancos*”. Estes pañuelos eram as fraldas que um dia foram dos seus filhos e que as Madres começaram a usar como lenços de cabeça. O simbolismo empregado nessa ação resgata a memória dos seus filhos em vida e oferece subjetividade à sua imagem, a qual era criminalizada pela narrativa ditatorial como “terroristas de Estado”, evidenciando que se tratava de indivíduos que possuíam toda uma história antes de serem capturados pelo regime militar; eram filhos, amigos, trabalhadores, enfim, pessoas comuns.

Simbolicamente, essas performances elaboradas pelas Madres constituem uma estratégia extremamente sentimental, a qual resgata o sofrimento de uma mãe que perde seu filho de forma tão abrupta. Ademais, esta simbologia representa de forma prática o conceito de “*Aparición con vida*”, posto que foi usada como uma prática ativa para resgatar as identidades dos seus filhos, recusando a aceitar a sua desumanização ao passo em que reafirmava a sua individualidade. As Madres não limitam ao uso da memória um mero registro do passado, estabelecendo-a, consoante ao que afirma Elizabeth Jelin (2002), como uma poderosa ferramenta de luta em um contexto de disputa de narrativas.

Diante da dor de ter que lidar com a perda dos seus filhos, os quais elas gestaram, criaram e cuidaram, arrancados do seu colo materno de forma abrupta, estas mulheres se encontraram nesta experiência compartilhada, comum no contexto onde o terrorismo de Estado predominava. Em vista de tal situação limite, isto é, experiências traumáticas que abrem caminhos para transformações pessoais ou coletivas, as Madres transformaram este sentimento de dor, que concerne o luto, algo tão subjetivo e íntimo do ser, em instrumento de luta e resistência ao esquecimento, tanto no contexto ditatorial quanto no cenário de abertura democrática.

As Madres de la Plaza de Mayo ultrapassam o sentido emocional do luto ao ressignificar a dor da perda como um ato político. Judith Butler (2018) evidencia justamente essa premissa de que o luto adquire um caráter social e político quando seu sentido ultrapassa o sentimentalismo, sendo ressignificado, neste contexto, no motor que mobiliza a luta das Madres. Embora o processo do luto seja tido pela psicanálise como uma ferramenta fundamental e natural no que tange a superação da perda (FREUD, 1917), consistindo em fases que culminam no encerramento do trauma, as Madres, de forma

simbólica, se negam a concluir e a aceitar este trauma, a fim de resgatar a presença dos seus filhos na sua ausência. O conceito de presença ausente desafia a ideia de que a ausência é um fim irremediável (BUTLER, 2018), transformando o luto, um conceito que se torna dúbio neste contexto, pois, apesar de ser um sentimento subjetivo a cada sujeito, é compartilhado pelas Madres, de forma coletiva, na mobilização de sua luta. As Madres se submetem a viver um luto eterno (JELIN, 2002), isto é, se negam a aceitar a vivência de um luto convencional que aceita o fim imposto às vidas tão promissoras de cada indivíduo pelo terrorismo de Estado. É contra essa aceitação que essas mulheres — mães, esposas e avós — se opõem, posto que, para elas, consentir com esse fim, pensar nos seus filhos a partir da sua morte, é dar voz ao discurso perpetrador que não se volta para os autores dos crimes em busca de puni-los, mas para as suas vítimas em busca de redenção estatal.

O luto no contexto da luta política empregada pelas Madres assume um caráter performático e simbólico à medida em que reflete quais vidas são consideradas valiosas dentro de um sistema político que relegou a essas vidas a condição de descartáveis (BUTLER, 2018). Para Judith Butler (2018), essa experiência de perda expõe a vulnerabilidade do ser e corrobora para transformar a dor em solidariedade, estabelecendo uma luta coletiva que transcende a dor individual. Mais uma vez, estas mulheres resistem à narrativa institucional que resume as vítimas da ditadura a meras estatísticas generalistas e que adota uma postura cínica, como se somente o levantamento destes dados bastasse para empregar uma justiça de transição eficaz. É admirável a força que tais mulheres encontraram em seu interior para lutar em prol das suas convicções em um momento de tanta dor e vulnerabilidade diante da violação do seu seio familiar. A perda dos filhos, ainda que sentida de forma muito individual em cada mãe, quando compartilhada, mobilizou entre as mães o sentimento de coletividade, gerando a empatia entre essas mulheres, ao passo em que elas se organizaram politicamente, desafiando o discurso perpetrador que relega as suas vítimas ao sentido de “desaparecidos” e reivindicando o luto como um ato político, uma força de subversão contra o sistema que as obriga a seguir em frente (BUTLER, 2018) (JELIN, 2002).

A partir do contexto de disputas de narrativas, as Madres de la Plaza de Mayo, portanto, desempenham um papel fundamental de resistência a uma narrativa que, mediante o discurso de reconciliação social, busca o rompimento com o passado de forma a esquecê-lo na finitude do seu tempo. As Madres são uma das principais responsáveis pela

construção da memória histórica argentina, exercendo impactos diretos no processo de justiça de transição no contexto democrático.

Ao assumirem para si o papel de guardiãs da memória histórica, as Madres se opuseram à aplicação de uma justiça de transição negligente, que anistia os perpetradores ou que enxerga na indenização material os caminhos para a reconciliação da Argentina com o seu passado. Estas mulheres ressaltam a importância de políticas que se voltem para os responsáveis por esse trauma da sociedade argentina: os carrascos dos seus filhos, a fim de que os seus crimes não passem impunes e não caiam no esquecimento. O uso da memória ativa no presente, dessa forma, desempenha um papel fundamental no que diz respeito ao lema “Lembrar para não esquecer”, ao operar como uma ferramenta de vigilância contra a repetição de práticas autoritárias, sendo um lembrete constante da fragilidade dos direitos humanos em sociedades aparentemente democráticas, mas frequentemente frágeis e imperfeitas no exercício da sua democracia. A memória, mais uma vez, se apresenta como um ponto de suma importância no sentido político, haja vista que não permite que a capacidade do Estado argentino de atentar contra aqueles que deveria proteger caia no esquecimento.

Considerações Finais

A respeito do uso do passado e do ofício do historiador, Hayden White (2010) tensionaliza as contradições entre o passado que se porta como histórico, um tempo finito, e o passado prático, tempo que implica as relações com o presente e o futuro. A mobilização das Madres de la Plaza de Mayo, neste contexto, se apresenta como um exemplo prático da importância de um passado que tenha praticidade política no que concerne o estabelecimento de um sentido de referência para as ações do presente. A partir dele, a sociedade é guiada e o obtém como uma espécie de “lição” para as suas ações. Este passado é marcado pela subjetividade, sendo construído, sobretudo, pela memória.

Ademais, a luta das Madres é mais do que uma resistência ao esquecimento institucional; é também uma afirmação identitária profundamente transformadora. Movidas pelo vínculo maternal, as Madres ressignificaram a identidade associada à maternidade, convertendo-a em um espaço de resistência pública e de enfrentamento político. Essa redefinição desloca a maternidade de um espaço de intimidade e submissão para uma arena de ação coletiva e subversiva. Assim, a identidade do movimento não se limita ao papel de guardiãs da memória, mas também se expande para englobar o protagonismo político e a reinvenção dos papéis sociais historicamente atribuídos às mulheres.

Assim como evidencia Durval Muniz de Carvalho, em “O tecelão dos tempos” (2007), as Madres encontram no passado uma ferramenta para dar voz aos marginalizados, às vozes que são negligenciadas pela narrativa institucionalizada, as vozes que, segundo Butler (2018), não são passíveis de luto.

Conclui-se que, ao se recusarem a aceitar o encerramento histórico viabilizado e promovido pelas políticas de reparação empregadas pelo discurso perpetrador em uma tentativa de reconciliação nacional, as Madres assumem o compromisso de preservar a dignidade e a memória tanto da situação limite que implicou a ditadura militar quanto das suas vítimas, usando a memória como ferramenta política do reconhecimento. Dessa forma, a abordagem empregada pelas Madres se constitui no uso de uma “memória ativa” que não apenas recorda o passado, mas o evoca, reflete sobre ele, ao passo que reforça o seu sentido prático, forçando a sociedade argentina a nunca esquecer da fragilidade do regime democrático e do oportunismo do Estado em se apoderar da população, utilizando mecanismos de controle social e silenciamento.

Referências Bibliográficas

ARENDT, Hannah. **As origens do totalitarismo**. Tradução de Roberto Raposo. 12. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

BEVERNAGE, Berber. **A história como campo de batalha: memória, justiça e as lutas pelo passado**. Tradução de João M. C. Pinto. 1. ed. São Paulo: Editora XYZ, 2028. Capítulo 1, p. 17-47; "La muerte no existe. As Madres de Plaza de Mayo e a resistência contra o tempo irreversível da história", p. 55-91; "História e o trabalho de luto", p. 273-303.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto**. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. "Vida precária, vida passível de luto", p. 31-57; "Capacidade de sobrevivência, vulnerabilidade, comoção", p. 57-99.

CANELO, Paula; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Estado e governo nas ditaduras brasileiras (1964) e argentinas (1976)**. In: LVOVICH, Daniel; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). *As ditaduras argentinas e brasileiras em ação: violência repressiva e busca de consentimento*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2023

CARVALHO, Durval Muniz de. **O tecelão dos tempos: uma reflexão sobre o tempo histórico e a memória**. São Paulo: Editora Hucitec, 2007.

CUÑADO, Betina. **Lo personal es político: las Madres de Plaza de Mayo**. [s.d.]. Disponível em: https://www.academia.edu/28873390/Lo_personal_es_pol%C3%ADtico_las_Madres_de_Plaza_de_Mayo. Acesso em: 10 dez. 2024.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 27. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2020.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramalhete. 41. ed. Petrópolis: Vozes, 2019.

GORINI, Ulises. **La rebelión de las Madres: historia de las Madres de Plaza de Mayo**. Tomo I (1976-1983). Buenos Aires: Norma, 2006.

IRAMAIN, Demetrio. **Una historia de las Madres de Plaza de Mayo**. Sueños Compartidos, suplemento nº 3, Buenos Aires, out. 2009.

JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2002. "Las luchas políticas por la memoria", p. 39-63; "Historia y memoria social", p. 63-79; "Trauma, testimonio y 'verdad'", p. 79-99.

MORALES, María Virginia. **De la cocina a la Plaza: la categoría "madre" no discurso das Madres de Plaza de Mayo e sua repercussão na esfera do político.** 1. ed. Villa María: Eduvim, 2010.

PARZIANELLO, Sandra Barbosa; PARZIANELLO, Geder Luis. “¿Quién te falta?”: As mães da Praça de Maio na Argentina e a memória do autoritarismo contra os seus direitos. *Revista de Ciências Humanas e Sociais*, [S.l.], v. 12, n. 1, p. 45-68, 2018.

RICH, Adrienne. **Of woman born: motherhood as experience and institution.** New York: W.W. Norton & Company, 1976.

WHITE, Hayden. **O passado prático.** Trad. Vera Ribeiro. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2018.